

TEORIAS DA HISTÓRIA NA HISTORIOGRAFIA DE RANKE

Itamar Freitas

Doutor em História (UFRS)

Professor do ProfHistória/UFS

E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com

Resumo

Neste artigo, discutimos significados da locução “Teoria da História” e apresentamos uma definição que possibilita a ampliação dos modos de enquadramento de textos e de autores, costumeiramente classificados como iluministas, historicistas ou positivistas. Mediante breve análise ideal-típica de método e de objeto, em textos de Leopold von Ranke, exemplificamos as maneiras pelas quais um mesmo autor, ou texto, pode ser tipificado, tornando menos simplista a exposição das histórias das Teorias da História que tratam do século XIX e da primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Teoria da História, Leopold von Ranke, Método histórico.

HISTORY THEORIES IN RANKE HISTORIOGRAPHY

Itamar Freitas

Doutor em História (UFRS)
Professor do ProfHistória/UFS
itamarfreitasufs@gmail.com

Abstract

In this article, it will be discussed the meanings of the locution "History Theory". It will be advocated a definition which enables the expansion of the ways of framing texts and authors that were used to be classified as iluminists, historicists or positivists. Through a brief ideal analysis, typical of method and object in texts of Leopold Von Ranke, it will be exemplified the manners a single author or text can be typified, becoming less simplistic the exposition of the histories of the History Theories, which approach the 19th century and the first half of the 20th century.

Key words: Theory History, Leopold Von Ranke, Historical method.

Como costumamos significar a locução “Teoria da História”? Quais as consequências pedagógicas de enquadrarmos proposições, textos e autores em rubricas clássicas, a exemplo de “Teoria iluminista”, “Teoria historicista” ou “Teoria positivista” da História? Esse é um dos desafios do professor de Teoria da História que é também formador do futuro professor de História da escolarização básica para a qual gostaríamos de contribuir, propondo um modo diferente de abordar a matéria.

No mais recente esboço de uma história da “teoria da História” (ou da “teoria histórica”) de *longue durée*, que abre a premiada coletânea *Lições da História*, organizada por Jurandir Malerba (2014), Allan Megill nos forneceu algumas respostas, involuntariamente, é claro, já que se propunha a sintetizar dois séculos de Teoria da História como campo de atuação do historiador. Ele estabeleceu a sua periodização em dois “momentos”: o primeiro, entre as décadas de 1790 e de 1860, foi caracterizado pela “impressão de que uma ruptura ocorrera na história” e, também, pelo reforço da crença de que a experiência da humanidade seria a progressiva “realização da racionalidade e da liberdade”. Esse era o traço, por exemplo, de obras produzidas por G. Hegel, K. Marx, do Conde de Saint-Simon, A. Comte, S. Mill e C. Darwin (MEGILL, 2013, p.13-4). Em termos conceituais, esse tempo estaria marcado por benevolentes “visões” da História, deístas, como as de Leopold von Ranke e de Jules Michelet, e seculares, como as de K. Marx, A. Comte e de H. Spencer. O segundo “momento” estender-se-ia da década de 1870 à década de 1940, caracterizado pela descrença nas significações do processo como coisa estruturada nas ideias de “progresso” e “razão” e, conseqüentemente, pela valência do “método das ciências naturais” e do “método das ciências humanas”, nucleares ao trabalho do historiador cientista (MEGILL, 2013, p.16).

Dialógico e erudito, Megill manteve alguma coisa das clássicas histórias da Teoria da História ou das histórias da Historiografia que enfatizavam os aparatos conceituais. Destaquemos, para o que nos interessa neste artigo, as categorias “método” e os conceitos “positivismo” e “historicismo”. Eles constituem sua periodização e, em consequência, a periodização das histórias da Teoria, “do método” histórico, do nascimento e da crise do historicismo, do nascimento e da crise do positivismo ou da disputa entre positivistas e historicistas em torno de uma Teoria para a Ciência Histórica.

Ao propor uma (outra) introdução às teorias da História, nós também, dialogicamente, conservamos as categorias de Megill. Contudo, ressignificamos os termos “método” e “teoria”,

possibilitando ao professor de História uma visão mais detalhada e menos simplista da história, daquilo que se conhece como Teoria da História que há mais de meio século ganhou a forma de disciplina obrigatória em cursos de formação inicial dos profissionais de História no Brasil (RODRIGUES, 1978, p.431-56).

Para nós, teorias da História são arranjos lógico-textuais estruturados e verbalizados na forma proposições generalizáveis que têm por núcleos, respectivamente, duas categorias típicas predicadas como “de História”: o objeto (apresentado como propósito) e o método (anunciado como meio para o cumprimento do fim prescrito).¹ Tais proposições são articuladas a partir de uma demanda específica (e, em muitos casos, individual) por representação do passado. Isso significa dizer que uma Teoria da “História Universal”, por exemplo, pode significar um conjunto de proposições generalizáveis que definem (inventam) uma realidade chamada “História Universal”. Teoria da História também pode ser um conjunto de proposições designadoras dos meios para a descoberta e/ou representação (invenção) e a validação dessa História Universal, imaginada por determinado historiador. Esses meios são o método, aqui empregado operacionalmente em seu sentido etimológico (*methodus*)² e traduzível na questão comumente enfrentada por nossos teóricos: “O que devemos fazer para verdadeiramente saber?”

É claro que essa espécie de mínimo denominador comum em termos de Teoria da História pode ampliar por dezenas o número de exemplares, afastando-nos do conforto de lidar apenas com a Teoria da História Positivista ou a Teoria da História Historicista.³ É claro também que não se

¹ Etimologicamente, “teoria” tem origem grega e um dos seus significados é “ação de observar” e foi dicionarizado no final do século XVIII. Nos dicionários filosóficos, os termos “teoria” – e derivados (teórico, teóricas, teorizar etc.) – têm sido definidos como um conjunto de princípios e até de sistemas dedutivos que viabilizam a extração (regrada) de consequências, partindo da relação entre fatos e hipóteses (ABBAGNANO, 2007; MORA, 1977). Dicionários da língua portuguesa abonam esse uso, exemplificando-os com as locuções “conjunto de regras ou leis”, “conhecimento”, “doutrina resultante desse conhecimento”, “conjunto sistemático de opiniões ou ideias sobre um tema,” sobre um domínio ou uma disciplina de algum domínio responsável pela(s) proposição(ões) geral(is) que explica(m) um tipo de fenômeno, incluso os métodos empregados (MORAES SILVA, [1945]; SACCONI, 2010; CUNHA, 2010). Nenhum desses significados pode ser condenado se tomarmos as precauções kantianas de associar à palavra “teoria” os atributos de “conjunto de regras”, “princípio” e “certa universalidade”, vinculando suas limitações à incompletude da experimentação, que fornece novas regras para complementar a teoria (KANT [1793] sd., p.3-4).

² O étimo latino “*methodus*” é um dos fundamentos para a significação do termo “método”. Com o sentido de caminho (“*chemin*”, “*route*”), do grego *odos* (Clédat, 1914, 213), está presente em vários idiomas: “*methode*” (Al), “*méthode*” (Fr), “*método*” (Esp), “*metodo*” (It). Com o *methodus* e o seu significado mais abrangente, “caminho” (*way*, *Weg*, *route*, *via* e *camino*), designamos o nosso tipo ideal.

³ Para avaliar os limites e as vantagens da nossa abordagem, sugerimos compará-la aos demais significados de “Teoria da História” disponíveis na literatura: uma hipótese ou uma proposta de intervenção sobre os fatores e a mudança na experiência de determinado país ou do mundo (ZHAO, 2015, p.29; HELLER, 1993, p.337-9), um

faz ciência sem categorização – sem redução das variáveis em um mínimo de tipos controlados. O exame detalhado que propomos, contudo, deve minorar as duas mais comuns questões suscitadas no emprego de reduzido número de locuções para designar Teorias da História: “Qual o significado de Teoria da História” para o autor examinado? Como classificar determinado texto no escopo das Teorias da História dispostas em manuais de História da Historiografia, por exemplo?

A expressão Teoria da História em perspectiva diacrônica

Na passagem do século XIX para o século XX, “Teoria da História” era expressão rara. “Filosofia da História” e “Metodologia da História”, ao contrário, predominavam como títulos de discursos propedêuticos nos cursos de formação em História, combinados ou contrastados no estabelecimento de fronteiras entre disciplinas das faculdades, associações profissionais e revistas especializadas. Historicizando os significados atribuídos aos termos, Herman Paul (2015) afirmou que os historiadores foram gradativamente desconfiando da “Filosofia da História” (restringida aos professores de Filosofia) e optando pela Teoria da História.

Vale dizer que, no Brasil e na Inglaterra, essa desconfiança foi registrada em levantamento da produção historiográfica do último terço do século XX e em discursos propedêuticos da segunda década do século XXI. Em ambas as ocasiões, os inimigos da Teoria eram os mesmos: os especuladores contumazes sobre a natureza do processo histórico e os pragmáticos trabalhadores dos arquivos, ocupados quase todo o tempo com o preparo das fontes (FICO; POLITO, 1994, p.158, 162). O marco para a separação pode ser encontrado nas obras de Augusto Comte (1798-1857) e de Henry Thomas Buckle (1821-1862). Ambos empregavam as leis do progresso e métodos de comparação e observação como meios explicadores da mudança

tipo-ideal que viabiliza a análise da obra histórica (WHITE, 1975, p.18), uma disciplina universitária fundamental à formação do profissional de História (RODRIGUES, 1969, p.440, p.444), um conjunto de “suposições” acerca do que se conhece sobre o tema, as questões que estruturam a investigação, natureza e localização das fontes, definição de atores e dos critérios de validação do conhecimento resultante da pesquisa (FULBROOK, 2002, p.4), um campo de estudos sobre a realidade e o pensamento histórico e o uso que as pessoas fazem do seu passado (PAUL, 2015, p.14), “um campo” para a reflexão dialógica sobre problemas e conceitos da Epistemologia, Metodologia, Gnosologia, Ontologia, Ética, Política, Estética e Linguística (REIS, 2019, posições 484 e 3839), “maneiras de ver o mundo”, “artefatos teóricos (conceitos, princípios e perspectivas)”, paradigmas (historicismo, positivismo ou materialismo histórico) e questões (BARROS, 2017, posições 183, 377-381), uma ciência sobre a Ciência da História (RÜSEN, 2015, p.31-2).

social. Ambos combatiam as especulações sem base empírica para dar a conhecer e prever a trajetória da humanidade (PAUL, 2015, p.7). Foram, por isso, classificados como produtores de Teorias Positivistas da História.

Com certo exagero, em sentido contrário, historiadores comemoram o retorno à Teoria da História, expresso em diferentes lugares. Na Europa central, a volta se daria com a publicação da *Apologia pela História* (1945), de Marc Bloch, visto como uma reação aos “historiadores empiristas” Charles Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos” (1854-1942) (REIS, 2019, posição 106, posição 124). O retorno também ocorreria nos anos 1970, dada a incorporação de estratégias de interpretação das Ciências Sociais no trabalho dos historiadores por formação (PANDEL, 2017, p.171), sofrendo, porém as Teorias da História (mais especulativas ou mais empiristas) novas contestações em sua plausibilidade, nos anos 1980, como consequência das críticas geradas no âmbito da virada linguística, nas Américas e na Europa (FULBROOK, 2002, p. XII).

Nos raros impressos intitulados “Teoria da História”, produzidos no século XIX, percebemos que a expressão dizia respeito a objetos, digamos, físicos e metafísicos. No *Esboço de uma Teoria da História* (1820), de Wilhelm Wachsmuth (1784-1886), encontramos proposições sobre a substância da História (natureza, motor e divisão do processo) e sobre o pensamento a respeito de tal substância (modos de investigação e representação do passado). Em *Uma investigação sobre as Teorias da História* (ADAMS, 1864), de William Adams (1796-1881) (HILL, 2000), da mesma forma, a Teoria refere-se à natureza da realidade (processo sujeito ao acaso, às leis ou ao livre arbítrio) e à natureza dos instrumentos teóricos de interpretação da realidade (hipótese, método etc.).

Essa indistinção como norma, contudo, somente vai predominar na passagem do século XX para o século XXI, como conclui Herman Paul (2015). Hoje, ele afirma que os estudos de Teoria da História incorporam tanto a realidade como o pensamento sobre a realidade. Filósofos e historiadores que se ocupam da matéria já não mais endossam as disputas do século XIX porque é impossível pensar nas formas investigação e de representação da realidade (História) sem pensar sobre a realidade (História), ou seja, sem lhe atribuir um significado. Além disso, todo o historiador que confronta presente, passado e futuro, necessariamente, parte de um pressuposto metafísico sobre a referida relação. E tal metafísica, não raro, resulta da prática de

projetar os próprios significados naquilo que se admite ser o “tempo” e a “realidade.” (PAUL, 2015, p.10-2).

Refletir sobre os significados da locução “Teoria da História” é também considerar os problemas taxonômicos. Não é novidade afirmar que experimentamos dificuldades em classificar determinada tese, livro ou autor sob as rubricas de “iluminista”, “romântico”, “historicista”, “positivista”, “naturalista”, “idealista”, “empirista” etc. Mesmo que consideremos “Teoria da História” no plural, percebemos que não é tão simples isolar atributos do “positivismo” ou do “historicismo” por exemplo.

Isso ocorre porque, na maioria das vezes, é grande a distância entre os nossos positivismos (preenchidos com os interesses da formação disciplinar do segundo e terceiro terços do século XX e de todo o século XXI) e os positivismos cunhados por teóricos de todo o século XIX e do primeiro terço do século XX (produzidos em disputas renhidas por um posto na Universidade ou um lugar no concerto das ciências). Junte-se a esse fato as diferentes situações comunicativas nas quais os escritores estiveram envolvidos. Elas foram determinantes na decisão de focar as proposições predominantemente na significação do processo histórico e/ou predominantemente nas regras representação escrita desses significados. Elas também foram determinantes na decisão de emprestar um método para aplicá-lo à invenção do objeto ou inventar um método para interpretar, de novo modo, um objeto partilhado por determinada comunidade de acadêmicos.

Essas proposições podem ser demonstradas em duração conjuntural, comparando os textos de vários autores ou concentrando a atenção nas variações de teorias da História em um mesmo autor. Vamos experimentar esse segundo caminho, permanecendo nas obras do já citado Ranke.

Teorias da história em Ranke

Textos de Ranke estão presentes em qualquer coletânea de Teoria da História que explore o século XIX, mas não somente porque os nossos teóricos do período 1870-1940, a exemplo de Karl Lamprecht e Ernst Bernheim, requisitaram-no, respectivamente, como concorrente e como autoridade fundadora de Teoria. Justificativas brasileiras recentes que elegeram, por exemplo, “O conceito de História universal” (1831) como peça representativa de Teoria da História enfatizam a sua notoriedade de “maior historiador do século XIX” (BENTIVOGLIO, 2010, p.137) ou consideram tal adjetivação como empecilho à compreensão do seu “legado e importância efetivos” (DA MATTA, 2010, p.189). O texto é escolhido também por comportar testemunhos sobre a “meta da história” e as “qualidades do historiador” (BENTIVOGLIO, 2010, p.139-40) ou sobre a transição do seu pensamento entre a indistinção história-processo/história-disciplina, típica da primeira metade do século XVIII, e a significação de história-disciplina, consolidada no termo *Geschichte*, no século XIX. “O conceito de história universal”, por fim, é traduzido e comentado para negar a adjetivação de “historiador positivista” (BENTIVOGLIO, 2010, p.137) ou a consideração do trabalho de Ranke como “arquetipo” a “perpetuar ou a questionar” (DA MATTA, 2010, p.189).

Nas coletâneas dedicadas especificamente ao trabalho de Ranke, as justificativas são repetidas em maior detalhe. Seus editores oferecem uma visão de conjunto do trabalho do historiador, enfatizando as “concepções”, os seus “princípios” e “métodos de trabalho” (RANKE, 1979, p.7). Outros comentadores se esmeram na correção da “imagem de Ranke” como um historiador “hostil à teoria”, explorando o seu papel de “adaptador do método crítico aos estudos históricos” e a prevalência da sua concepção de Estado na historiografia alemã da primeira metade do século XX (IGGERS, 2011, posição 540).

Nas duas situações acima descritas (exposição de texto isolado ou conjunto de textos autorais), os comentadores esboçam sínteses que são contraditadas pelos documentos que eles mesmos transcreveram, demonstrando que as tentativas de didatização ou o esforço taxonômico dos editores e críticos de Ranke, em geral, obscureceram a diversidade de concepções de História em sua condição de processo e também de ciência. É o que podemos perceber quando comparamos algumas descrições de concepção de História nos textos de Ranke e as concepções apresentadas por seus comentadores no que diz respeito, por exemplo, às ideias de método e de objeto (quadro 1).

Isso acontece porque as demandas diferenciadas, durante longa carreira, originaram diferentes modos de teorizar e, conseqüentemente, diferentes resultados em termos de proposição, sobretudo de “método”, elemento acerca do qual é bastante lembrado como contribuidor destacado. Entre 1824, marco do conhecido prefácio à *História dos povos latinos e germânicos*, e 1880, ano da última versão em vida de sua *História Universal*, Ranke consumiu grande parte da sua vida acadêmica na definição de coisas designadas como “História da Humanidade” e “História universal”. Mesmo quando escrevia (sobre) e definia “povos latinos”, “povos germânicos”, “grandes potências”, “Europa”, “épocas”, “os grandes acontecimentos” que marcaram as relações exteriores de diferentes Estados, “Inglaterra” e “França”, exemplos destacados de extrapolação da experiência de Estado e povo para além das particularidades nacionais, era o objeto História Universal que Ranke estava a inventar.

Ocorre que tais iniciativas de teorização – a apresentação de um conjunto de proposições relativas aos fins da “ciência da História Universal” ou simplesmente da “ciência Histórica”, a definição do objeto “História Universal” e o estabelecimento de *methodus* para a descoberta dos secretos caminhos para a sua realização – nem sempre foram condicionadas pelos mesmos atos, materiais ou situações. Seguindo a ordem cronológica dos seus escritos mais traduzidos, percebemos que os antagonismos expressos nas sentenças definidoras de História revelam diferentes personagens e motivações. Em 1824, vamos encontrá-lo fazendo oposição à história *Magistra Vitae* e às ideias “cristandade geral”, “unidade da Europa” e “cristandade latina” (RANKE, 1997, p.38). Esse antagonismo é o gerador da famosa assertiva do prólogo à *História dos povos latinos e germânicos*: “apenas contar o que efetivamente aconteceu”.

Em 1831, a oposição se dá em relação à Filosofia especulativa de Hegel e à compreensão unilateral da Ciência da História como Arte (RANKE, 2010, p.203), disposta na *Ideia de História Universal*. No ano 1833, a queixa se dirige aos Iluministas (idem, p.69) que caracterizaram a época moderna como o tempo da desintegração das instituições medievais e da instauração das instituições democráticas e das liberdades (id., p.95-6). Esse esforço politicamente conservador e revisionista da historiografia do seu tempo está exposto no artigo “As grandes potências”. Em 1836, como anuncia o título da conferência – “Sobre as relações e distinções entre História e Política” –, a oposição de Ranke se dirige aos que confundem a natureza da Ciência Política e a natureza da Ciência Histórica. Mas, em 1852, os reparos apresentados em prefácio são endereçados aos escritores contemporâneos que narram o período

XVI/XVII da França (*Guerras civis e monarquia na França no século XVI e XVII: uma história da França, sobretudo durante esse período*), focando partes da História nacional ou a vida de personagens privados.

Quadro 1 – Fins e métodos na teorização de Leopold von Ranke sobre História

Ano / Proposições de fins	Proposições de <i>methodus</i>
1824 / Demonstrar que as nações latinas e germânicas formam uma unidade (37)	“ <i>Caminhos</i> ” – empregar memórias, diários..., memoriais de embaixadores e relatos diretos de testemunhos presenciais e indicar literatura secundária em rodapé; “ <i>Método</i> ” – criticar narrativas; “ <i>Forma</i> ”/ “ <i>Leis</i> ” – expor rigorosamente os fatos, a unidade e a trajetória dos acontecimentos [e em] “ <i>ideais</i> ”, centrando-se “nos fatos, em sua compreensibilidade, unidade e plenitude” (38-9).
1831 / “Promover a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na Filosofia. Ater-se à realidade, ao passado, ao finito e ao particular (que incorpora Deus) (205-206)	“ <i>Princípio</i> ” – dedicar-se ao estudo do concreto (além do abstrato nele contido); “ <i>Exigências para a pesquisa histórica</i> ” – manifestar amor à verdade, investigar a partir de documentos, interessar-se pelo universal (ciência, política, arte etc.), fundamentar-se [idealmente] nonexo causal, ser apartidário e compreender a totalidade (208-213)
1833 / “Repassar” os resultados” de um período de 150 anos e orientar a ação em termos de Ciência Histórica [e da Ciência Política] no século XIX (69)	[<i>Tarefa do historiador</i>] – Demonstrar que a HU é guiada por “energias morais” (religião e o direito); escrever a história da própria nacionalidade, frente à ameaça de imposição de outra nacionalidade (promover a “harmonia” universal mediante a “independência” nacional) (97)
1836 / Estabelecer os limites entre as ciências da Política e da História, convergências, divergências e diferenças entre as mesmas.	“ <i>Objetivo/Tarefa</i> ” – reunir fatos, organizá-los, compreendê-los criticamente; observar causas, premissas, resultados e efeitos dos eventos, distinguindo intensões e erros; esboçar uma imagem da natureza (investigando as “metas” e “leis eternas”); apresentar sucessão nítida e precisa dos eventos (em sua cor e forma). “ <i>Tarefa</i> ” – extrair dos eventos a natureza do Estado e dar a compreendê-los; “ <i>Objetivo</i> ” da HU- fornecer compreensão dos séculos e monarquias
1852 / Narrar a História da França, considerando-a por sua importância para a História nacional e a História Universal (relativas ao Estado e à Igreja).	[<i>Tarefa</i>] – examinar a “verdade dos fatos” mediante documentação original (correspondência, atos e legislação) que determinam a “convicção histórica” do pesquisador; apresentar uma “visão da natureza objetiva dos grandes fatos, baseando-se em relatos originais”, em oposição aos antigos e modernos mestres da narrativa.
1854 / Demarcar ponto de partida e conceitos fundamentais (progresso e ideias diretoras) da História Universal e caracterizar a ideia de “época”	[<i>Procedimentos</i>] do historiador – “fixar-se no modo de viver e de pensar dos homens de um determinado período”; observar “a diferença entre as distintas épocas para compreender a necessidade interior de sua conexão e sucessão” (59); “ <i>Missão do historiador</i> ” – desvendar as grandes tendências dos séculos e desenvolver a grande História da humanidade” (60)

1859 / Narrar a história da Inglaterra nos séculos XVI e XVII, considerando sua “influência no desenvolvimento da humanidade”	[<i>Trabalho</i>] – investigar fontes originais, compreender evento como um todo político e religioso, visualizar esse todo na História Universal; empregar fontes originais, comparar fontes e representações independentes com as fontes nativas; <i>Dever</i> – comunicar “nova visão do conhecido ou informações adicionais aos fatos”.
1860s / Caracterizar as investigações do universal (humanidade) e do particular (local, país, pessoa, evento, instituição ou época).	[<i>Dever do historiador</i>] – investigar as “forças efetivas que estão por trás dos acontecimentos e perceber a sua conexão geral”; [<i>Requisitos da pesquisa</i>] – criticar fontes, conceber objetivamente, elaborar ampla síntese; relacionar visões geral e particular
1880 / Definir “História Universal” e tornar científico o tratamento dos eventos da História Universal	<i>Tarefa</i> – “reconhecer a conexão entre as coisas, traçar a sequência dos grandes eventos que ligam todas as nações e controlam seus destinos”; “investigar e compreender” a vida da humanidade e as “peculiaridades das mais proeminentes nações”; <i>Princípios</i> – “investigação crítica” e “síntese inteligente”.

Fonte: Produzido pelo autor, a partir de Ranke (1979; 2010; 2011).

Em 1854, na conferência “As épocas na história”, Hegel e (agora) os hegelianos são os personagens criticados (RANKE, 1997, p.57). Ranke deixa nítida a sua oposição ao desenvolvimento lógico-dialético da ideia, configurado em progresso que, para ele, era somente aplicável ao mundo natural/material (idem, p.61-2). Em 1859, Ranke volta a escrever história nacional. Desta vez, sobre a Inglaterra. A oposição, contudo, diferentemente daquela anunciada em relação aos historiadores das *Guerras civis*, se dirige aos ingleses que privilegiam o estilo (harmonia e simpatia) em detrimento do emprego de fontes originais ou que escrevem “por ódio ou amizade”, para a “defesa ou o ataque” (*História da Inglaterra, sobretudo do século XVII*).

Na década de 1860, em manuscrito, Ranke novamente volta à carga contra Hegel, criticando a ideia de unidade (necessária) preconizada por um “sistema filosófico” como fundamento para a unidade da história (processo). História é simultaneamente liberdade (humana) e necessidade (força). Em 1880, por fim, no prefácio da *História Universal*, Ranke se opõe aos que limitam a ideia de História Universal à experiência dos “quatro grandes impérios do mundo” ou de uma simples coleção de histórias nacionais.

Em virtude das coisas às quais se empenha em inventar, como também das demandas de ocasião e dos constrangimentos materiais aos quais seus textos são submetidos, Ranke apresenta diferentes proposições que são transcritas nas coletâneas de Teoria como exemplares das suas

concepções de História e, sobretudo, de uma suposta ideia de método, decisiva para o caráter científico da matéria. Assim, quando o seu discurso visa (em oposição a Hegel) a demarcar o objeto e os conceitos fundamentais da escrita para a História Universal, o caminho prescrito é traduzido como “missão do historiador” e consiste em observar e distinguir épocas. Quando visa a distinguir Ciência Histórica de Ciência Política, a “tarefa” da História “segue o exemplo das ciências naturais”: esboçar uma imagem da natureza, estruturada em “metas” e “leis” que governariam o mundo. Quando visa a designar uma escrita da história inglesa ao modo científico (em oposição às unilaterais história-Arte e história político-partidária), as proposições significadoras da palavra “história” reúnem deveres apontados por ocasião da oposição a Hegel e à escrita politicamente engajada. Nesse caso, os requisitos da “pesquisa” seriam a “crítica” e a “síntese” e/ou a “exatidão na pesquisa” e a universalidade da “visão”. Quando visa, por fim, a designar “História Universal (em oposição à unilateral história-Arte e à história especulativa de Hegel), as proposições que justificam/realizam a Ciência Histórica ganham a forma de “princípio” (o concreto, além do abstrato), desdobrados em “exigências para a pesquisa histórica”: os já citados “investigação documental” e “interesse universal”, acrescidos do “amor à verdade”.

Conclusões

Lembrando os argumentos apresentados até aqui, reafirmamos uma outra possibilidade de formular introduções à Teoria da História, ampliando ao máximo a definição dessa expressão, focada em termos ideais típicos de objeto e método ou propósitos e caminhos. Com ela, podemos asseverar que os autores não escreveram teorias exclusivamente para especular sobre o curso e o fim da humanidade ou, ainda, transformar, defender ou legitimar finalidades, objetos, questões e métodos de investigação e de escrita da História como ciência. Ao menos no período comentado por Megill, historiadores se engajaram na representação de processos em níveis local, nacional e mundial na representação de trajetórias de vidas e na descrição e caracterização de épocas, artefatos e níveis de experiência humana e acontecimentos, a exemplo da Revolução Francesa, das lutas por independência nacional e do movimento transnacional provocado pelas Revoluções de 1848. Essas diferentes situações comunicativas resultam no emprego de diferentes elementos de teoria e, ainda, de distintos significados empregados para esses elementos.

Com as referências aos textos de Ranke, por fim, quisemos demonstrar essas variações, determinadas por particulares situações comunicativas e injunções materiais que envolveram a produção e a publicação dos seus textos. Nada impede, contudo, que coilemos e façamos sínteses de proposições extraídas de diferentes situações. Nesse caso, o que se impõe é o dever de indicá-las, situando-as na obra de Ranke. Esse procedimento pode evitar que apontemos indevidas contradições ou incompletudes nas formulações teóricas de Ranke e, o que é mais grave, que infirmos (em comparações e classificações), a partir de apenas um desses textos, que Ranke, por exemplo, teria continuado a Teoria da História Iluminista, teria originado a Teoria da História Historicista, a Teoria Positivista da História ou, ainda, que determinado teórico deva ser classificado como tal pelo fato de fundamentar sua teoria em determinada passagem de um desses textos de Ranke, sem que tenhamos definido *a priori* os significados das nossas ideias de iluminismo, historicismo e de positivismo.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ADAM, William. **An Inquiry into the theories of History with special reference to the Principles of the Positive Philosophy**. 2ed. London: Wm. H. Allen, 1864.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: FGV, 2010. p.133-141.

CLÉDAT, L. **Dictionnaire étimologique de la langue française**. 3ed. Paris: Hachette, 1914.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DA MATA, Sérgio. Leopold von Ranke (1759-1886). In.: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: teoria e método na Historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p.187-201.

FREITAS, Itamar. Teorias da história na historiografia de Ranke.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Vária História**, Belo Horizonte, n. 13, Jun. p.147-163, 1994.

FULBROOK, Mary. **Historical theory**. London: Routledge, 2002.

HELLER, Agnes. **Uma teoria da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. [Primeira edição em inglês - 1981].

HILL, Adrew. William Adam. In: **Dictionary of Unitarian and Universalist Biography**, an on-line resource of the Unitarian Universalist History & Heritage Society. Disponível em <<http://uudb.org/articles/williamadam.html>> Capturado em 4 ago. 2019.

IGGERS, 2011. Introduction. In: RANKE, Leopold von. **The theory and practice of History**. London: Routledge, 2011. (Editado e comentado por Georg G. Iggers e traduzido por Wilma A. Iggers). posição 91-841.

KANT, Immanuel. **Sobre a expressão corrente**: isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática (1793). Tradução de Artur Morão. [Covilhã:] LusoSofia, sd.

MALERBA, Jurandir. **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

MEGILL, Allan. Teoria da História CA. 1870-1940: objetividade e antinomias da História em um tempo de crise existencial. In: MALERBA, Jurandir. **Lições de História**: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.11-37.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

MORAES SILVA, Antônio. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 10ed. [Sn.: [1945]].

PANDEL, Hans-Jürgen. **Geschichtstheorie**: Eine Historik für Schülerinnen und Schüler - aber auch für ihre Lehrer. Schwalbach, Wochenschau, 2017.

PAUL, Herman. What is historical theory? In: **Key issues in historical theory**. New York: Routledge, 2015. p.1-16.



RANKE, Leopold von. Historia de los pueblos latinos y germanicos – de 1494 a 1535. In: **Pueblos y estados en la historia moderna** (Con un estudio de G. P. Gooch). México: Fondo de Cultura Económica, 1997. p.37-66.

RANKE, Leopold von. O conceito de História Universal (1831). In.: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A História pensada: teoria e método na Historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p.202-225.

RANKE, Leopold von. **Pueblos y estados en la historia moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

RANKE, Leopold von. **The theory and practice of History**. London: Routledge, 2011. (Editado e comentado por Georg G. Iggers e traduzido por Wilma A. Iggers).

REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica**. 3ed. São Paulo: 1969. [Primeira edição - 1949].

RÜSEN, Jörn. O que é a teoria da história? In: **Teoria da História - Uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p.31-36.

SACCONI, Luiz Antonio. **Grande Dicionário Sacconi da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico**. São Paulo: Nova Geração, 2010.

WACHSMUTH, Wilhelm. **Entwurf einer Theorie der Geschichte**. Halle: Hemmerde und Schwetfchke, 1820.

WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imaginatio in nineteenth-century Europe**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1975.

ZHAO, Dingxin. **The confucian-legalist state: a new theory of chinese history**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

Recebido em 2019-10-26 Aprovado em 2019-11-18 Publicado em 2019-12-31